

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO E AJUSTAMENTO FINANCEIRO



MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS
Junho 2015



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

ÍNDICE

Índice

1.	FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA.....	3
2.	DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS.....	4
3.	DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS.....	5
4.	PAGAMENTOS EFETUADOS.....	6
5.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS.....	8
6.	ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECÍFICAS 2015 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.....	9
6.1.	RECEITAS.....	9
6.2.	DESPESAS.....	14
6.3.	RESUMO.....	20
7.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL.....	24
8.	CONCLUSÕES.....	25



1. FUNDAMENTO, ÂMBITO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

O presente relatório consubstancia os resultados do trabalho relativo ao Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento e Ajustamento Financeiro do Município de Torres Novas.

Desta forma o presente relatório reporta-se a uma sétima avaliação com referência à data de 30 de Junho de 2015 em termos de acompanhamento, coordenação e gestão do Estudo e respetiva execução do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) e do Plano de Saneamento Financeiro.

Neste relatório voltamos a evidenciar as condições dos empréstimos e os pagamentos efetuados ao abrigo dos mesmos, bem como os reembolsos e juros entretanto pagos.

Efetua-se também uma análise prática da implementação das medidas previstas no Plano de Saneamento Financeiro, com especial enfoque nos desvios ocorridos entre o previsto e efetivamente realizado.

Mantêm-se também os dados patrimoniais reais com os previstos em referência ao ano de 2014.

Confronta-se também o considerado na revisão do orçamento de 2015 com o previsto no plano para o mesmo ano e o previsto em termos de grandes rubricas patrimoniais com o efetivamente registado.



2. DESCRIÇÃO DO EMPRÉSTIMO PAEL, REEMBOLSOS E JUROS

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores, foi aprovado e efetuado o empréstimo de PAEL com as seguintes condições em relação ao previsto:

PAEL	Previsto	Real
Montante Contratual	6.795.454 €	6.795.454 €
Taxa de Juro	2,54%	2,45%
Spread	0,15%	0,15%
Primeira Data de Reembolso	01-06-2013	15-11-2013
Última Data de Reembolso	01-12-2026	15-05-2027
Modo de Reembolso	Prestações Semestrais	Prestações Semestrais
N.º Anos	14	14
N.º Prestações	28	28
Pagamento de Juros	01/06 e 01/12	15/05 e 15/11

A primeira tranche foi efetivamente recebida em 26/08/2013 com o valor de 4.756.818€. A segunda tranche no valor de 2.038.636€ foi recebida a 30/12/2013 e contabilizada em Janeiro de 2014.

Até à data de 30/06/2015 as amortizações efetuadas bem como os juros pagos foram os seguintes:

Prestações	Amortização	Juros	Total
1º prestação em 2013	169.886	31.411	201.297
1º prestação em 2014	244.759	86.644	331.402
2º prestação em 2014	244.759	91.948	336.707
1º prestação em 2015	244.759	86.970	331.729
Total	904.163	296.973	1.201.136

Desta forma o valor em dívida a 30-06-2015 relativamente ao empréstimo do PAEL cifra-se em 5.874.210€ determinado da seguinte forma:

Rubricas	Montantes
Montante Aprovado	6.795.454
Montante Utilizado	6.778.372
Diferença de Estornos	17.081
Amortizações	904.163
Total em Dívida 30-06-2015	5.874.210



3. DESCRIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DE SANEAMENTO, REEMBOLSOS E JUROS

Também conforme mencionado nos relatórios de acompanhamento anteriores, foram efetuados os empréstimos de saneamento na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Português de Investimento com as seguintes condições face às previstas:

Empréstimos Saneamento	Previsto	Real
CGD		
Montante Contratual	5.000.000 €	5.000.000 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,25%
BPI		
Montante Contratual	1.503.814 €	1.503.814 €
Taxa de Juro	0,44%	Euribor 6 Meses
Spread	6,75%	6,75%

O empréstimo da Caixa Geral de Depósitos já teve amortizações no montante total de 364.711€, sendo o valor em dívida a 30-06-2015 de 4.635.289€:

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	96.046	96.046
2014	137.513	331.921	469.434
2015	227.198	119.269	346.468
Total	364.711	547.236	911.947

Para este empréstimo e no seguimento da descida generalizada das taxas de juros nos mercados bancários foi renegociada a taxa, tendo sido aprovado um ajustamento do spread em vigor no empréstimo de 6,25% para 4,5%, com efeitos a partir de 30 de Janeiro de 2015, processo visado pelo Tribunal de Contas.

Em relação ao empréstimo do BPI verifica-se que ainda não foram amortizados quaisquer montantes (período de carência), tendo sido pagos juros no montante de 186.715€. O valor em dívida a 30-06-2015 deste empréstimo corresponde ao montante efetivamente utilizado de 1.469.254€. A primeira amortização deste financiamento ocorrerá em Setembro de 2015.

Prestações	Amortização	Juros	Total
2013	0	32.381	32.381
2014	0	103.933	103.933
2015	0	50.402	50.402
Total	0	186.715	186.715



4. PAGAMENTOS EFETUADOS

PAEL

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam o empréstimo de PAEL era a seguinte:

Classe Económica	Classe Patrimonial					Total
	221	261	262	267	268	
01			14.011	0	703.115	717.126
02	3.444.768	41.031			42.145	3.527.944
03	2.878				114.718	117.596
04	23.685				864.996	888.682
05					19.277	19.277
06	12.122				11	12.133
07	136.764	1.170.761			11.940	1.319.465
08	9.465	16.155			167.611	193.231
Total	3.629.682	1.227.946	14.011	0	1.923.814	6.795.454

Após o recebimento das duas tranches do empréstimo (a ultima tranche foi registada em Janeiro de 2014) verifica-se que a totalidade do empréstimo concedido foi de 6.778.372€, sendo a diferença de 17.081€ relativa a estornos não aprovados.

O Município efetuou os pagamentos decorrentes do PAEL até Abril de 2014, estando apenas por conciliar alguns itens relativos a situações extraordinárias como a não apresentação de certidão de não dívida dos credores, o falecimento de alguns credores estando a aguardar-se a habilitação de herdeiros, processos de penhora, etc.

Assim foram efetuados os seguintes pagamentos por classe económica e patrimonial:



Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01			9.134	703.115	712.249
02	3.318.978	41.031		41.965	3.401.974
03	2.876			91.850	94.727
04	23.685			810.358	834.043
05				19.277	19.277
06	12.026			11	12.037
07	136.764	1.119.692		9.776	1.266.232
08	9.465	16.155		103.195	128.814
Total	3.503.795	1.176.877	9.134	1.779.547	6.469.354

Salienta-se que os pagamentos efetuados até Abril de 2014 são superiores às tranches recebidas em 612.048€ devido a terem sido efetuados adiantamentos de pagamentos por receitas próprias.

Deste montante adiantado, temos que 326.100€ serão de considerar pagamentos ao abrigo do PAEL, uma vez que são o que resulta da diferença entre o montante recebido e pago:

Classe Económica	Classe Patrimonial				Total
	221	261	262	268	
01	0	0	4.876	0	4.876
02	125.790	0	0	180	125.970
03	1	0	0	22.868	22.869
04	0	0	0	54.639	54.639
05	0	0	0	0	0
06	96	0	0	0	96
07	0	51.069	0	2.164	53.233
08	0	0	0	64.416	64.416
Total	125.888	51.069	4.876	144.267	326.100

SANEAMENTO FINANCEIRO

No plano elaborado a previsão de pagamentos por classe económica e patrimonial que justificavam os empréstimos de Saneamento era a seguinte:



Classe Económica	Classe Patrimonial						Total
	221	228	261	262	264	268	
01				22.510		51.655	74.165
02	3.235.143	12.319	24.722			25.819	3.298.003
03						213.300	213.300
04	16.336	970				128.529	145.835
05		57.254			190.861	22.217	270.332
06	588		90.000			8.705	99.293
07	72.189		2.163.547				2.235.736
08			111.220			55.928	167.148
Total	3.324.256	70.543	2.389.489	22.510	190.861	506.155	6.503.814

Com a entrada dos valores dos empréstimos nas contas do Município, foram até 31-12-2013 efetuados os seguintes pagamentos:

Classe Económica	Empréstimo BPI	Empréstimo CGD	Total
01		87.777	87.777
02	333.695	3.823.640	4.157.335
03		114.765	114.765
04		109.582	109.582
05		104.237	104.237
06		99.486	99.486
07	1.136.241	595.257	1.731.498
08		69.443	69.443
Total	1.469.936	5.004.188	6.474.124

Assim foi efetuada a totalidade dos pagamentos do Saneamento até 31-12-2013, sendo que existiram retenções no empréstimo do BPI e pagamentos por caixa de cerca de 56.000€.

5. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS GERAIS

No Plano de Saneamento foram consideradas seis medidas gerais, cujos impactos, pela transversalidade das medidas não são facilmente quantificáveis.

A saber,

- Implementação do Orçamento de base zero, em curso;
- Reapreciação das participações financeiras e associativismo em conformidade com a Lei n.º 50/2012;
- Elaboração e Implementação do Plano de Eficiência Energética;



- Revisão da NCI, nomeadamente procedimentos de Contratação Pública e Cobranças;
- Reforço da contabilidade analítica;
- Redução/racionalização das despesas e dos auto-consumos;

Em termos de prazo de implementação no plano considerou-se que as três primeiras medidas enunciadas seriam implementadas em 2013 e as restantes sem data específica de implementação.

Conforme referido nos relatórios de acompanhamento anteriores todas as medidas, à exceção da implementação do Orçamento de base zero, foram implementadas em 2013. No entanto, temos informação do Departamento Financeiro que se encontram adotados alguns princípios e regras subjacentes à elaboração de Orçamento de Base Zero, que está consubstanciado também nas regras de Execução da Orçamentação em vigor (documento obrigatório pela Lei 73/2013, de 3 de Setembro).

6. ACOMPANHAMENTO MEDIDAS ESPECIFICAS 2015 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

A análise e acompanhamento da implementação das medidas específicas é efetuada sobretudo através da comparação da execução orçamental com referência ao período em apreço com os montantes previstos no plano para o ano de 2015. Chama-se a atenção que a execução dada entre os montantes executados e os montantes previstos no plano deve ser considerada comparando com uma base de execução normal de 50% (execução esperada em seis meses, sem considerar a sazonalidade das receitas e despesas).

6.1. RECEITAS

O total de receitas previstas para o ano de 2015 era de 27.515.368€. O total de receitas realizadas no final do primeiro semestre do ano de 2015 cifrou-se em 11.348.882€, pelo que se registou neste semestre uma percentagem de execução total de 41,25%.



Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Junho 2015	% Execução
Receitas Correntes	19 862 157	3 616 505	6 475 255	10 091 760	50,81%
Receitas Capital	7 653 211	741 662	515 460	1 257 122	16,43%
Total	27 515 368	4 358 166	6 990 715	11 348 882	41,25%

Em termos de receitas correntes verifica-se um comportamento de execução alinhado com o previsto (percentagem de execução de 50,81%).

Em relação às receitas de capital verifica-se um desvio significativo, no sentido de que no primeiro semestre de 2015 foram arrecadadas menos receitas de capital do que o esperado (percentagem de execução de 16,43%).

Em termos de rubricas económicas verifica-se que os maiores desvios positivos face ao previsional (% execução superior a 50%) foram registados nas rubricas de:

- IMI – percentagem de execução de 58,73%;
- IUC - percentagem de execução de 59,55%;
- Multas – percentagem de execução de 93,31%;
- Transferências Correntes – percentagem de execução de 56,55%;
- Venda de Bens e Serviços Correntes - percentagem de execução de 52,61%;
- Outras receitas correntes – percentagem de execução de 182,00%;

Por outro lado os maiores desvios negativos nas receitas (% execução inferior a 50%) foram registados nas seguintes rubricas:

- IMT – percentagem de execução de 28,79%;
- Derrama – percentagem de execução de 5,65%;
- Rendimentos de Propriedade - percentagem de execução de 25,72%;
- Venda de Bens de Investimento – percentagem de execução de 5,19%;
- Transferências de Capital – percentagem de execução de 16,73%;



Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado até Junho de 2015 em termos de receitas correntes:

Descrição	2015				
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas correntes	19 862 156,96	3 616 504,63	6 475 255,13	10 091 759,76	50,81%
Impostos directos	6 529 949,75	525 429,53	2 613 696,02	3 139 125,55	48,07%
IMI	4 102 088,39	72 023,80	2 337 271,84	2 409 295,64	58,73%
IMT	1 029 277,69	231 020,92	65 276,60	296 297,52	28,79%
Derrama	740 871,91	32 630,47	9 220,89	41 851,36	5,65%
Outros	657 711,75	189 754,34	201 926,69	391 681,03	59,55%
Impostos indirectos	846 529,07	130 488,23	195 039,42	325 527,65	38,45%
Taxas, multas e outras penalidades	437 182,47	68 894,34	73 152,91	142 047,25	32,49%
Taxas	390 554,08	47 537,76	50 999,90	98 537,66	25,23%
Multas	46 628,39	21 356,58	22 153,01	43 509,59	93,31%
Rendimentos da propriedade	1 314 753,45	12 272,21	325 925,22	338 197,43	25,72%
Transferências correntes	8 555 959,58	2 138 843,36	2 699 738,02	4 838 581,38	56,55%
Venda de bens e serviços correntes	2 052 150,21	590 073,96	489 560,33	1 079 634,29	52,61%
Venda de bens	10 569,00	363,87	14 368,64	14 732,51	139,39%
Serviços	1 951 439,21	577 551,39	464 277,22	1 041 828,61	53,39%
Rendas	90 142,00	12 158,70	10 914,47	23 073,17	25,60%
Outras receitas correntes	125 632,43	150 503,00	78 143,21	228 646,21	182,00%

No que diz respeito aos impostos directos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 48,07%, principalmente justificada pela execução das receitas relativas a IMI e Outros (IUC).

Em relação ao IMI, até ao segundo trimestre foi arrecadado um valor total de 2.337.272€, que em termos da sua sazonalidade corresponde a mais de 60% do valor global a arrecadar.

Em termos de IMT a execução do primeiro semestre de 2015 cifra-se em 28,79%, significando que apresenta um ligeiro desvio face ao previsto.

O IUC (considerado na rubrica de outros) apresenta uma execução acima do previsto (mais cerca de 63.000€), devido sobretudo ao aumento de transações do ano e devido à eficiência na cobrança das finanças de IUC de anos anteriores.

Na classe económica das taxas, multas e outras penalidades verifica-se que apesar da rubrica de multas apresentar uma execução positiva, é a rubrica das taxas que tem mais peso nestas



receitas e apresenta uma execução de 25,23%. Esta rubrica está sobretudo influenciada pela subrubrica dos loteamentos e obras e reflete a desaceleração operações de licenciamento urbanísticas.

Os rendimentos de propriedade apresentam desvios negativos (% de execução de 25,72%), uma vez que no primeiro trimestre do ano não foi arrecadada a renda trimestral referente à concessão da exploração à EDP da rede elétrica de baixa tensão. Esta renda foi recebida em Abril de 2015 no montante de 285.602€.

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se acima do previsto (% de execução de 56,55%).

Relativamente à venda de bens e serviços correntes temos que a rubrica de venda de bens está desfasada do previsto para 2015 embora sem grande expressão em termos de valores (% execução de 139,39%), a venda de serviços está com uma percentagem de execução de 53,39% e as rendas apresentam uma execução de 26,60%. Assim, dos cerca de 2.052.150€ previstos para o ano de 2015, foram executados cerca de 1.079.634€, ou seja, a percentagem de execução global é de 52,61%.

Em relação às Outras Receitas Correntes temos que a arrecadação já ultrapassou o total previsto para o ano de 2015, sobretudo devido a reembolsos de sinistros.



Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de receitas de capital:

Descrição	2015				
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Receitas de capital	7 653 211,49	741 509,73	511 531,37	1 253 041,10	16,37%
Venda de bens de investimento	221 491,56	0,00	11 500,23	11 500,23	5,19%
Terrenos	9 268,23	0,00	11 500,23	11 500,23	124,08%
Habitações	195 388,83	0,00	0,00	0,00	0,00%
Edifícios	16 834,50	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências de capital	7 419 455,76	741 509,73	500 031,14	1 241 540,87	16,73%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1 827 480,00	600 275,00	163 710,00	763 985,00	41,81%
Participação comunitária em projectos co-financiados e outras	5 591 975,76	141 234,73	336 321,14	477 555,87	8,54%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras receitas de capital	12 264,17	0,00	0,00	0,00	0,00%
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	151,94	3 929,04	4 080,98	0,00%

Em termos de vendas de bens de investimento foi prevista uma receita para o ano de 221.492€, sendo que foi realizada uma hasta pública em Fevereiro que não concretizou nenhuma alienação. No entanto no mês de Maio, foi realizada a venda de uma parcela de terreno pelo valor de 11.500€.

A hasta pública realizou-se em 23/02/2015, onde estavam 15 imóveis publicitados em edital para realização da mesma, com o valor proposto de alienação de 1.249.022€:

Localidade	Morada/Lote	Valor Proposto para Venda
Pedrogão	Estrada Municipal Nº 557	17 700 €
Quinta do Mato	Rua Cabeço do Azinho	90 310 €
Rua Santo António	Terreno junto ao Continente	46 390 €
Pafarrão	Rua da Escola	31 793 €
Casas Altas	Rua do Mosteiro Lote nº2	28 030 €
	Rua do Mosteiro Lote nº3	28 710 €
	Rua do Mosteiro Lote nº5	43 240 €
Via dos Negréus	Lote 9	343 860 €
	Lote 10	94 820 €
Chancelaria	1. Rua das Escolas	101 770 €
	2. Rua das Escolas	62 830 €
Lamarosa	Rua Drº João Martins de Azevedo	123 035 €
Almonda	Bairro José Dias Simão - Rua C	71 140 €
Casais Martanes	Travessa do Casal	96 525 €
Lapas	Rua das Escolas	68 870 €
Total		1 249 022 €

Na prática constata-se a relativa incapacidade do mercado em absorver este tipo de oferta.

As transferências ao abrigo do FEF apresentam uma percentagem de execução de 41,81%.

A taxa de execução de Fundos Comunitários no primeiro semestre de 2015 representa uma execução de 8,54%, face ao total previsto arrecadar no ano.

Esta receita está diretamente ligada à despesa em bens de capitais (investimento) que apresenta no primeiro semestre do ano uma baixa execução (cerca de 19,19%).

Destacamos que a percentagem de execução das receitas de capital (16,37%) está fortemente influenciada pela (não) arrecadação da rubrica dos Fundos Comunitários.

6.2. DESPESAS

O total de despesas previstas para o ano de 2015 é de 27.433.178€. O total de despesas realizadas no primeiro semestre de 2015 cifrou-se em 10.330.961€, pelo que se regista uma percentagem de execução de 37,66%.



Rubricas	Previsto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Junho 2015	% Execução
Despesa corrente	16 571 598	3 139 403	4 196 051	7 335 454	44,27%
Despesa de capital	10 861 580	931 986	2 063 520	2 995 507	27,58%
Total	27 433 178	4 071 389	6 259 572	10 330 961	37,66%

Em termos de despesas correntes e de capital verifica-se que o desvio mais acentuado é referente às despesas de capital, com uma percentagem de execução de 27,58%, sendo que as despesas correntes foram também inferiores ao previsto (taxa de execução de 44,27%).

Em termos de rubricas económicas, verifica-se que os maiores desvios acima do previsto (% execução superior a 50%) foram registados nas rubricas de:

- Transferências Correntes – percentagem de execução de 1.026,69%;
- Subsídios – 83,24%;

Por outro lado os maiores desvios abaixo dos previstos (% execução inferior a 50%) foram registados nas seguintes rubricas:

- Juros e Outros Encargos – percentagem de execução de 41,08%;
- Aquisição de Bens de Capital – percentagem de execução de 19,19%;
- Passivos Financeiros – 44,03%;

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no PSF e realizado em 2015 em termos de despesas correntes:



22

Descrição	2015				
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Acumulado	% Encargos
Despesas correntes	16 571 597,77	3 139 402,78	4 196 051,47	7 335 454,25	44,27%
Despesas com o pessoal	8 797 077,59	1 720 474,09	2 189 760,44	3 910 234,53	44,49%
Remunerações certas e permanentes	7 141 513,62	1 389 432,02	1 742 614,27	3 132 046,29	43,86%
Abonos variáveis ou eventuais	223 055,47	20 691,99	21 796,52	42 488,51	19,05%
Segurança social	1 432 508,50	310 350,08	425 349,65	735 699,73	51,36%
Aquisição de bens e serviços	6 432 534,50	1 198 028,55	1 671 723,32	2 869 748,87	44,61%
Aquisição de bens	1 365 631,33	252 337,35	364 307,08	616 644,43	45,15%
Aquisição de serviços	5 066 903,17	945 688,20	1 307 416,24	2 253 104,44	44,47%
Juros e outros encargos	769 516,13	103 076,67	213 044,39	316 121,06	41,08%
Resultados do PAEL	160 214,07		86 970,31	86 970,31	54,28%
Resultados de outro endividamento de médio e longo prazo	609 302,06	103 076,67	126 074,08	229 150,75	37,61%
Resultados de endividamento de curto prazo	0,00			0,00	0,00%
Transferências correntes	13 666,00	48 714,45	91 592,91	140 307,36	1026,69%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	1 635,00	1 635,00	3 270,00	100,00%
Freguesias	13 666,00	24 911,51	37 551,88	62 463,39	457,07%
Associações de municípios	0,00			0,00	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	22 167,94	52 406,03	74 573,97	100,00%
Famílias	0,00			0,00	100,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
Subsídios	47 420,81	29 755,73	9 716,46	39 472,21	83,24%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	47 420,81	5 959,20	0,00	5 959,20	12,57%
Famílias	0,00	23 796,55	9 716,46	33 513,01	100,00%
Outros	0,00			0,00	0,00%
Outras despesas correntes	511 382,74	39 356,27	20 213,95	59 570,22	11,65%

No que diz respeito às despesas com pessoal, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 44,27%.

Apesar da integração, em 12 de Setembro de 2014, de 17 trabalhadores da Empresa Municipal que representam um montante de cerca de 58.000€, temos que a rubrica de despesas com pessoal apresenta uma diminuição face ao previsto no plano.

No primeiro semestre de 2015, saíram 14 trabalhadores, entraram 4 e estão 13 trabalhadores de licença sem remuneração.

Quer a rubrica de aquisição de bens, quer a rubrica de aquisição de serviços apresentam uma execução abaixo do previsto para o primeiro semestre de 2015, com taxas de execução de 45,15% e 44,47%, respetivamente.

Em termos de juros e encargos a execução do primeiro semestre ascendeu a 41,08%.

No que diz respeito às transferências correntes previsionalmente foi considerado um valor anual de transferências de cerca de 13.666€, sendo que até Junho de 2015 foram realizadas transferências no montante de 140.307€, o que corresponde a uma execução de 1.026,69%.



200

De salientar, no entanto, que existem transferências regulares que não foram previstas no plano (como por exemplo as transferências para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo) o que irá originar sempre desvios significativos nesta rubrica.

Em relação aos subsídios no plano inicial e com o pressuposto de que a empresa Turrisespacos seria internalizada os subsídios considerados ascendiam a cerca de 47.000€.

Na sequência de a 03 de Setembro de 2014 ter sido aprovado em Assembleia Municipal a dissolução da empresa Turrisespacos, em 2015 não foi efetuada qualquer transferência para aquela empresa, sendo que mesma está em processo de liquidação e de apuramento de valores a integrar no Município.

Na rubrica de outras despesas correntes a taxa de execução de 2015 face ao valor previsto anualmente foi de 11,65%, ou seja, dos 511.383€ previsto para despesas desta rubrica foram efetivamente pagos no primeiro semestre 59.570€, apresentando um desvio de cerca de 451.812€.

Este desvio é sobretudo referente ao valor de 463.994€ previsto para fazer face a processos judiciais em curso que ainda não tiveram efetivamente decisão e portanto ainda não geraram o exfluxo de meios financeiros. Pelo que apurámos atualmente o valor atual das provisões ascende a cerca de 4.240.000€, sobretudo pela entrada de um processo (1353/13.9 BELRA) que tem um valor estimado de 3.000.000€.

Assim, a previsão temporal do exfluxo atualizado a Junho de 2015 é a seguinte:

Ano	2015	2016	Total
Valor dos Processos Judiciais em curso	321 849	3 920 000	4 241 849

Sendo que no plano inicial a situação prevista era a seguinte:

Ano	2013	2014	2015	Total
Valor dos Processos Judiciais em curso	503 505,00	1 137 017	463 994	2 104 516



De salientar que em 2015 não foram, até ao final do primeiro semestre, necessário despende quaisquer valores no âmbito de processos judiciais em curso.

Mais detalhadamente apresentam-se os desvios entre o previsto no plano e realizado em 2015 em termos de despesas de capital:

Designação	2015				
	Previdido Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Despesas de capital	10 861 580,12	931 986,47	2 063 520,13	2 995 506,60	27,58%
Aquisição de bens de capital	7 486 225,51	562 731,77	874 135,38	1 436 867,15	19,19%
Investimentos	6 405 180,36	562 731,77	744 864,15	1 307 595,92	20,41%
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Habitções	0,00	5 000,00	0,00	5 000,00	100,00%
Edifícios	6 027 805,46	377 706,93	640 656,14	1 018 363,07	16,89%
Construções diversas	250 000,00	155 930,70	0,00	155 930,70	62,37%
Outros	127 374,90	24 094,14	104 208,01	128 302,15	100,73%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bens de domínio público	1 081 045,15	0,00	129 271,23	129 271,23	11,96%
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Freguesias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Activos financeiros	0,00	0,00	72 446,00	72 446,00	100,00%
Passivos financeiros	3 375 354,61	369 254,70	1 116 938,75	1 486 193,45	44,03%
Resultados do PAEL	422 835,07	0,00	244 758,73	244 758,73	57,89%
Resultados de outro endividamento de médio e longo prazo	2 952 519,54	369 254,70	872 180,02	1 241 434,72	42,05%
Resultados de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Conforme já referido as despesas de capital apresentam percentagens de execução reduzidas. Primeiramente a aquisição de bens de investimento onde se encontravam previstos 10.861.580€ a realizar em 2015, apresenta um total de despesa paga até Junho de 2015 de 2.995.507€ (percentagem de execução de 27,58%).

Em termos de obras no ano anterior o desvio apurado entre o previsto e executado foi significativo, sendo que dos 5.792.904€ previstos foram apenas executados 2.968.920€ existindo diversos desfasamentos entre as obras previstas e as realmente executadas.

Em 2015 o montante previsto de despesas em bens de investimento ascende a 7.486.226€ e divide-se pelas seguintes rubricas:



SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Descrição	Previsto 2015
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	20 000
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES MATERIAL TRANSPORTE	7 375
CONSTRUÇÃO CENTRO ESCOLAR SANTA MARIA	813 122
REQUALIFICAÇÃO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	2 764 684
INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL - 2ª. FASE	300 000
OBRA - PARQUE URBANO-MATA DOS MESIOES	528 776
MERCADO DAS IDEIAS	1 500 000
PAV.URB.LIGAÇÃO A LAPAS	152 269
URBANIZAÇÃO DA MEIA VIA - LOTEAMENTO F. SILVA GONÇALVES	50 000
EDIFÍCIOS	150 000
CONSTRUÇÕES DIVERSAS E INFRAESTRUTURAS	1 000 000
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	100 000
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	100 000
Total	7 486 226

O montante realizado no primeiro semestre de 2015 ascendeu a 1.436.867€ repartido pelos seguintes projetos:

Descrição	Executado 2015
LICENCIAMENTO DE SOFTWARE INFORMÁTICO	14.205
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO BÁSICO	3.069
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	6.871
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.743
REESTRUTURAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS	49.832
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO BÁSICO	9.518
AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO	3.526
AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E OUTRO EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	4.491
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	583
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTO BÁSICO	2.040
AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	878
CONTRATOS LICENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS SOFTWARE	299
CENTROS EDUCATIVOS REMODELAÇÃO EM : TORRES NOVAS/S.GIAO	233
CENTROS EDUCATIVOS REMODELAÇÃO EM : RIACHOS	22.661
REQUALIFICAÇÃO ESCOLA MANUEL FIGUEIREDO-OBRA	960.127
BENEF. E GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES DO 1º CEB E JARDINS INFÂNCIA	5.761
APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS MOBILIÁRIO E OUTROS	127
BENEFECIAÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS ESCOLARES	4.222
INFRAESTRUTURAS ZONA ENVOLVENTE DO HOSPITAL 2ª. FASE	610
PROJECTO/CONSTRUÇÃO DO CONVENTO DO CARMO REMODELAÇÃO	19.318
OBRAS DE REMODELAÇÃO "GARAGEM DOS CLARAS"	83.788
GRANDES REPARAÇÕES EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	5.961
AQUISIÇÃO DE PREDIÓIS(VAZIOS) E EDIFÍCIOS	5.000
RECUPERAÇÃO DO CONVENTO DO CARMO	140
FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS	2.140
AQUISIÇÃO COMPLEXO DENOMINADO DESTILARIA DA BROGUEIRA MUSEU DO FIGO	7.482
CASA DA CULTURA EM RIACHOS	42.009
REMODELAÇÃO DO MERCADO DO PEIXE	153.791
EQUIPAMENTO BÁSICO	508
AQUISIÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	136
EQUIPAMENTO BÁSICO	5.252
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	303
MELHORIA QUALIDADE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO CONCELHO	1.131
RENOVAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.037
MÉDIO TEJO GESTÃO EM SIG VALOR GLOBAL DA OPERAÇÃO	15.867
MÉDIO TEJO GESTÃO EM SIG VALOR GLOBAL OUTROS PROJECTOS	208
Total	1.436.867



6.3. RESUMO

Em resumo verificaram-se desvios quer ao nível da receita, quer ao nível da despesa, sendo que parte dos mesmos têm origem em desvios ocorridos nos anos de 2013 e 2014, designadamente atraso no recebimento da última tranche do PAEL (prevista para 2013 e realizado em 2014), a não verificação de vendas de bens de capital, subsídios comunitários que não se realizaram devido aos desvio na aquisição de bens de capital (investimento) e subsídios à empresa municipal, que contrariamente ao previsto no PSF só veio a ser internalizada em 2014.

O Saldo previsto do ano entre receitas e despesas para o ano de 2015 era de 82.191€. Contudo, o Município apresenta um saldo (receita-despesa) no primeiro semestre positivo em 1.017.921€.

Convém salientar que apesar das execuções reais apresentarem diversos desvios face ao plano inicial, os saldos gerados tem sido bastante mais positivos do que os previstos no plano inicial:

COMPARAÇÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTO VS PSF

	2012		2013		2014		Saldo Acumulado	
	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF	Executado	Previsto PSF
Receitas	26 094 026	29 891 525	33 877 641	40 777 138	25 974 422	26 492 590	85 946 088	97 161 254
Despesas	25 865 096	28 834 857	33 745 298	41 628 771	24 441 808	26 769 877	84 052 203	97 233 506
Saldo	228 930	1 056 668	132 342	-851 633	1 532 613	-277 287	1 893 886	-72 252

Pelo exposto mantêm-se as sugestões quanto à necessidade de articulação entre os valores previstos no plano e os constantes dos orçamentos anuais (nota: orçamento considerando a última revisão orçamental aprovada):

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs Plano
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 621 310	6 529 950	91 360
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	495 254	846 529	-351 275
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	424 678	437 182	-12 504
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 213 333	1 314 753	-101 420
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 348 653	8 555 960	1 792 694
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 953 696	2 052 150	-98 454
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	290 403	125 632	164 770
Total Receita Corrente		21 347 327	19 862 157	1 485 170
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	86 333	221 492	-135 158
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 021 195	7 419 456	601 739
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0	12 264	-12 264
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10 992	0	10 992
16	SALDO DA GERENCIA	2 945 297	82 191	2 863 107
Total Receita Capital		11 063 817	7 735 402	3 328 415
Total Receita		32 411 144	27 597 559	4 813 585

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Previsto PSF 2015	Desvio Orçamento vs Plano
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8 300 941	8 797 078	-496 137
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 875 234	6 432 535	1 442 699
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	660 716	769 516	-108 800
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	463 706	13 666	450 040
05	SUBSÍDIOS	82 680	47 421	35 259
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	638 067	511 383	126 685
Total Despesa Corrente		18 021 344	16 571 598	1 449 746
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	11 074 263	7 486 226	3 588 037
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	86 492	0	86 492
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144 893	0	144 893
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3 084 152	3 375 355	-291 202
Total Despesa Capital		14 389 800	10 861 580	3 528 220
Total Despesas		32 411 144	27 433 178	4 977 966

Assim, em termos de orçamento para 2015 foram previstas receitas e despesas em mais cerca de 4.980.00€ do que o previsto no Plano de Saneamento para o mesmo ano. No entanto se analisarmos as diferentes rubricas da despesa e da receita constatamos:

- Na receita corrente o aumento deve-se sobretudo à rubrica de Transferências Correntes, na sequência de ser ter alterado a proporcionalidade das transferências do Orçamento de Estado, entra a componente corrente e de capital, ao aumentar a percentagem das transferências correntes até 90%, em detrimento das de capital (até 10%), correspondendo desta forma ao Princípio do Equilíbrio Corrente, definido no Regime Financeiro das Autarquias Locais;
- Na receita de capital, a diferença decorre das Transferências de Capital, provenientes de financiamentos comunitários, uma vez que as obras às quais estão consignadas deslizaram na sua execução.



- No âmbito da despesa corrente o principal desvio ocorre com a rubrica de aquisição de bens e serviços sustentando-se tal desvio numa subavaliação da despesa efetiva quando a elaboração do PSF, carecendo tal facto de ajustamento.
- Na despesa de capital a rubrica aquisição de bens de capital é a principal responsável pelo desvio constatado. Tal justifica-se pelo deslizamento de obras que estavam previstas realizar em anos transatos.

Em termos de execução orçamental das receitas Junho de 2015 temos uma percentagem de 35,48% (nota: Orçamento prévio à revisão).

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Realizado 1º Semestre de 2015	% Execução Orçamental
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 968 482	3 139 126	45,05%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	446 627	325 528	72,89%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	407 569	142 047	34,85%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 209 282	338 197	27,97%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10 478 243	4 838 581	46,18%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2 161 034	1 079 634	49,96%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241 141	228 646	94,82%
Total Receita Corrente		21 912 379	10 091 760	46,06%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	86 333	11 500	13,32%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9 978 779	1 241 541	12,44%
Total Receita Capital		10 065 113	1 253 041	12,45%
Total Receita		31 977 491	11 344 801	35,48%

Em termos de execução orçamental das despesas Junho de 2015 temos uma percentagem de 32,31% (nota: Orçamento prévio à revisão):

Rubricas	Designação	Orçamento 2015	Realizado 1º Semestre de 2015	% Execução Orçamental
01	DESPESAS COM O PESSOAL	8 394 441	3 910 235	46,58%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 930 607	2 869 749	36,19%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	660 716	316 121	47,85%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	457 004	140 307	30,70%
05	SUBSÍDIOS	82 680	39 472	47,74%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	488 067	59 570	12,21%
Total Despesa Corrente		18 013 515	7 335 454	40,72%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 697 805	1 436 867	13,43%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	73 126	0	0,00%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	144 893	72 446	50,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	3 048 152	1 486 193	48,76%
Total Despesa Capital		13 963 976	2 995 507	21,45%
Total Despesas		31 977 491	10 330 961	32,31%



Apresentam-se os resumos globais de execução de receitas e despesas no final do primeiro semestre de 2015:

Descrição	2015				
	Previsional Anual	1.º Trimestre	2.º Trimestre	Total Acumulado	% Execução
Total Receita	27 515 368,45	4 358 318,24	6 994 644,58	11 348 881,84	41,25%
Receitas correntes	19 862 156,96	3 616 504,63	6 475 255,13	10 091 759,76	50,81%
Receitas de capital	7 653 211,49	741 661,67	515 460,41	1 257 122,08	16,43%
Total Despesa	27 433 177,89	4 071 389,25	6 259 571,60	10 330 960,85	37,66%
Despesa corrente	16 571 597,77	3 139 402,78	4 196 051,47	7 335 454,25	44,27%
Despesa de capital	10 861 580,12	931 986,47	2 063 520,13	2 995 506,60	27,58%
Saldo (Receita - Despesa)	82 190,56	286 928,99	735 072,98	1 017 920,99	1238,49%

CONCLUSÕES:

A necessidade do Plano ser articulado com os Orçamentos anuais, designadamente, nas seguintes áreas:

- Impostos e Taxas – Taxas e revisão de tarifários estipulados e não verificadas, também por alteração legislativas nomeadamente das taxas (Licenciamento Zero), e preços de Resíduos Sólidos Urbanos que vieram alterar os pressupostos antes contemplados nas tabelas de taxas e preços em vigor;
- Passivos Financeiros – período das transferências dos empréstimos que não correspondem ao inicialmente previsto no PSF;
- Investimento em bens de capital – obras previstas não realizadas, que precisam de reajustamento para os períodos posteriores. A receita de subsídios ao investimento é fortemente afetada por esta rubrica, pelo que deve ser revista em conformidade.
- Transferências Correntes – Não verificação nas datas previstas da resolução dos processos judiciais em curso. Contudo esta informação depende de detalhe apresentado pelo assessor jurídico, não suscetível de ser alterado.
- Internalização da Turrisespacos – A decisão apenas ocorreu Setembro de 2014 pelo que no Plano não estão consideradas transferências para esta empresa, mas sim o suporte do financiamento da sua atividade internalizada.

Salientamos também que de acordo com o Art.º 7 do DL 38/2008, de 07 de Março, no caso de incumprimento, pese embora a necessidade de articulação dos documentos previsionais por



forma a que os mesmos sejam coerentes e fidedignos no suporte à gestão, podemos concluir que têm vindo a ser alcançados os objetivos contratados no Âmbito do PAEL e Saneamento Financeiro, uma vez que os resultados do ano, e acumulados, superam os preconizados no PSF e os objetivos de reestruturação da dívida.

A articulação referida deve ser enquadrada face ao disposto no n.º 5 do Art.º 40 da Lei das Finanças Locais, que transcrevemos:

“ Artigo 40º - Saneamento financeiro municipal

....5 – O incumprimento do plano de saneamento financeiro, referido no n.º 2, é comunicado, pela assembleia municipal, ao Ministro das Finanças e ao ministro que tutela as autarquias locais e, até à correção das causas que lhe deram origem, determina:

- a) A impossibilidade de contração de novos empréstimos durante um período de cinco anos;*
- b) A impossibilidade de acesso à cooperação técnica e financeira com a administração central;”*

Fomos informados que está em curso a revisão/atualização do Plano de Saneamento Financeiro, no sentido de ser dada resposta a esta recomendação.

7. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Quanto à evolução patrimonial e em termos de grandes rubricas também se verificam desvios significativos entre o previsto e o real.

Assim os valores previstos são os sintetizados no quadro seguinte:

Previsto	2012	2013	2014	Variação (2013 - 2012)	Variação (2014 - 2013)
Ativo	169 440 453	165 606 370	162 972 109	-3 834 083	-2 634 261
Passivo	84 288 541	79 395 071	75 440 478	-4 893 470	-3 954 593
Proveitos e Ganhos	24 410 762	24 452 491	24 765 293	41 729	312 802
Custos e Perdas	24 201 582	23 395 202	23 444 961	-806 381	49 759
Resultado Líquido Exercício	209 180	1 057 289	1 320 332	848 110	263 043

Destes valores salienta-se a tónica colocada na redução do passivo e na contenção de gastos.

O rácio de autonomia financeira estimado para os anos de 2013 e 2014 era de 52,06% e 53,71%, respetivamente.



2015

Os valores efetivos foram os seguintes:

Real	2012	2013	2014	Variação (2013 - 2012)	Variação (2014 - 2013)
Ativo	157 182 944	150 966 845	149 384 274	-6 216 099	-1 582 571
Passivo	70 246 372	64 542 613	61 041 891	-5 703 759	-3 500 722
Proveitos e Ganhos	21 486 736	22 366 654	25 039 318	879 918	2 672 664
Custos e Perdas	23 678 590	22 993 538	22 000 477	-685 052	-993 061
Resultado Líquido Exercício	-2 191 854	-626 884	3 038 841	1 564 970	3 665 725

Realçamos a redução do passivo total que à data é superior à redução prevista; o aumento dos proveitos e ganhos foi também superior ao previsto; ao passo que a diminuição real dos custos e perdas foi também superior ao previsto o que resulta na obtenção de resultados líquidos mais favoráveis do que os previstos. No referente ao Ativo, a sua redução decorre de não ter sido ainda, à data, incorporado o Património Líquido decorrente da internalização da empresa.

Realçamos também que os valores de autonomia financeira reais para os anos de 2013 e 2014 foram de 57,25% e 59,14%, respetivamente, sendo superiores aos inicialmente previstos.

Em Junho de 2015 o Município apresenta um prazo médio de pagamentos de 11 dias e não tem pagamentos em atraso a mais de 90 dias.

8. CONCLUSÕES

O presente relatório pretende dar uma visão global do enquadramento das operações de financiamento descritas comparando os valores e condições previstos com os efetivamente negociados e realizados.

Acompanhou-se a evolução dos empréstimos em termos de amortizações e juros.

Efetuiu-se uma revisão global da implementação das medidas genéricas previstas no plano.

Com o apuramento de valores de receitas e despesas efetivas do primeiro semestre de 2015, efetuou-se uma análise detalhada dos desvios verificados face aos previstos inicialmente no plano, detalhando-se nas áreas mais significativas as justificações para a ocorrência de tais desvios.

Aprofundaram-se também as diferenças do plano face ao orçamento e as diferenças em termos de evolução patrimonial.



Em face do descrito, recomenda-se a articulação do plano inicial com base em pressupostos atuais e de forma a minimizar os desvios nos próximos anos, nos termos do Art.º 9 da Portaria 281-A/2012, de 14 de Setembro (regulamenta o PAEL) e em conformidade com a exigência prevista no disposto no n.º 5 do Artigo 6º da Lei 43/2012 de 28 de Agosto (aprova o PAEL).

Alertamos também para a redação dos n.ºs 1 e 4, do Artigo 11º (Sanções) da referida Lei 43/2012 de 28/08, que referem que a aprovação de quaisquer atos que violem o cumprimento do Artigo 6.º é considerada uma ilegalidade grave e que o incumprimento dos objetivos definidos constitui facto suscetível de responsabilidade financeira, nos termos previstos nas alíneas b), d) e f) do n.º 1 do Artigo 65º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.